

**Procedimentos para registro das áreas e repasse dos recursos do ICMS
Ecológico no Estado do Rio Grande do Sul: Proposta de manual para
formalização e melhoria do processo**

FLÁVIA ZANCAN

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
flaviazancan@yahoo.com.br

MARIVANE VESTENA ROSSATO

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
marivavest@gmail.com

JAISER TAPIA

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
jaisert@yahoo.com.br



PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO DAS ÁREAS E REPASSE DOS RECURSOS DO ICMS ECOLÓGICO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: PROPOSTA DE MANUAL PARA FORMALIZAÇÃO E MELHORIA DO PROCESSO

Contextualização:

A política do ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação) Ecológico consiste em uma alternativa para incrementar o repasse da parcela do ICMS, a partir da preservação ambiental, dos municípios que possuem áreas naturais. Porém, esta política somente alcançará os fins a que se propõem quando ocorrer uma melhoria nos processos de informação a nível municipal, sobre o registro das áreas (Lei n. 12.907/2008), e estadual, sobre o repasse dos recursos.

Objetivos:

Diante da carência de informação dos gestores públicos municipais, sobre a existência de um instrumento de política pública capaz de incentivar a preservação e manutenção do meio ambiente, via compensação financeira (Uhlmann, Rossato, & Pfitscher, 2010). E, diante da falta de democratização das informações sobre a funcionalidade do ICMS Ecológico, pelo poder público estadual, o estudo desenvolveu um manual que possibilita a melhoria dos processos relacionados ao registro e repasse do ICMS Ecológico, pela gestão pública municipal e estadual, no Estado do Rio Grande do Sul (RS).

Metodologia:

O estudo caracteriza-se como exploratório e qualitativo. Utilizou-se ainda a pesquisa bibliográfica, documental e levantamento, através de entrevista semiestruturada. Por meio da entrevista, interrogou-se os responsáveis pelas informações sobre as unidades de conservação municipais e áreas de terras indígenas, na Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e as áreas inundadas por barragens, na Divisão de Geografia e Cartografia da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional; e sobre o cálculo do ICMS Ecológico, na Secretaria da Fazenda.

Fundamentação Teórica:

O Rio Grande do Sul adota como critérios para distribuição dos recursos da política do ICMS Ecológico as áreas de unidades de conservação, áreas de terras indígenas e aquelas inundadas por barragens. O percentual de repasse da política corresponde a 7% do $\frac{1}{4}$, conforme Lei n. 12.907/2008. Mesmo a política incentivando a preservação das áreas, via compensação financeira, a administração pública ainda carece de informações sobre o processo de registro das áreas e repasse dos recursos. Assim, resta aos gestores públicos, a quem o assunto interessar, ir em busca do conhecimento da política.

Resultados e Análises:

O manual do ICMS Ecológico aborda os procedimentos necessários para registro e repasse da política. A nível municipal, o registro das áreas de unidades de conservação pode ser realizado através de oito etapas. O registro das áreas de terras indígenas compete à federação. Já, as áreas inundadas por barragens, duas etapas apresentam-se necessárias. A nível estadual, no que tange ao repasse dos recursos, três procedimentos são necessários. Cabe destacar que,



ao final dos procedimentos de repasse, chegasse ao valor correspondente da política pública do ICMS Ecológico no Estado do RS.

Considerações Finais:

A formalização por meio de um manual, dos procedimentos alicerçados em leis, ou em práticas usualmente utilizadas pelos órgãos públicos envolvidos na política do ICMS Ecológico, apresenta-se relevante, tendo em vista a gama de informações que os gestores públicos municipais e a gestão estadual passam a ter sobre a política, o aumento das áreas preservadas, a evolução na qualidade das mesmas, e o reforço da capacidade financeira municipal. Desse modo, o manual vem a suprir a carência de informações formalizadas sobre a política, melhorando o processo de registro e repasse, no RS.

Referências:

Lei n. 12.907, de 14 de janeiro de 2008. (2008). Altera a Lei n. 11.038, de 14 de novembro de 1997. Dispõe sobre a parcela do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Brasília. (2008). Recuperado em 2 agosto 2016, de <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.907.pdf>

Rossato, M. V., Guse, J. C., Zancan, F., Dorr, A. C., Ribeiro, C. A., & Cirino, J. F. (2013). ICMS Ecológico: instrumento de política pública ambiental. In Rosa, M. B. da., & Palma, G. B. (Orgs.). *Meio Ambiente: a importância da interdisciplinaridade na formação de um profissional*. Deutschland: Novas Edições Acadêmicas.

Uhlmann, V. O., Rossato, M. V., & Pfitscher, E. D. (2010). Conhecimento dos gestores públicos sobre o instrumento de política pública ICMS Ecológico nos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS. *Enfoque: reflexão contábil*, 29 (2), 83-102.

Zancan, F., Rossato, M. V., Kessler, N. S., Piccinin, Y., Dorr, A. C., & Farias, R. S. de. (2014). ICMS Ecológico: nível de informação junto à gestão municipal dos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS. In *Anais do Fórum Internacional Ecoinovar*, Santa Maria, RS, Brasil. 3.

Palavras-chave:

Manual de ICMS Ecológico. Registro de áreas municipais. Repasse de recursos.